

POTENCIAL IMPACTO SOCIOECONÓMICO DA PANDEMIA DA COVID-19 EM ANGOLA: UMA ANÁLISE SINTÉTICA

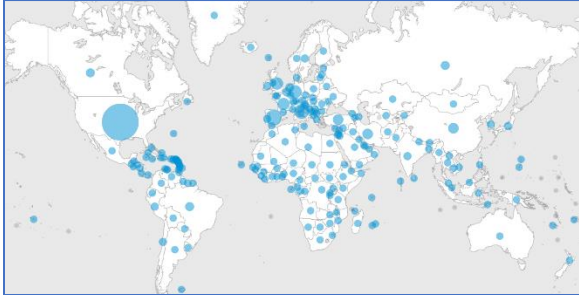
Edição nº 2 – 21 April 2020¹

¹ Devido a rápida mudança na pandemia global do Covid-19. Este não é um documento definitivo. Actualizações seguirão baseadas em novas informações. As opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não refletem necessariamente aquelas das Nações Unidas, incluindo o PNUD, a ONU e os Estados Membros da ONU. Para qualquer comentário, por favor contacte PNUD Angola.

1. Situação da pandemia do Coronavírus

O número de casos confirmados do Coronavírus (COVID-19) em todo o mundo disparou para mais de 2,3 milhões, com um total de mortes superior a 160.000 no dia 21 de Abril (Mapa 1)

Mapa 1. Situação do Coronavírus (COVID-19)



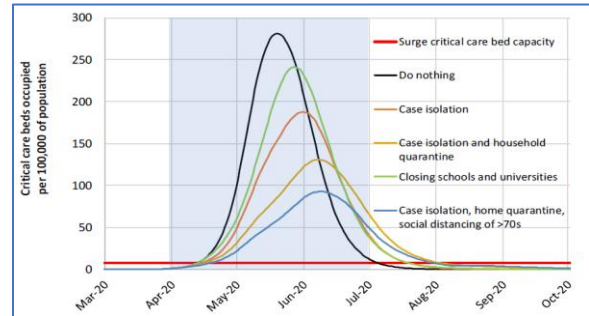
Fonte: WHO, Coronavirus disease (COVID-19). 21 de Abril de 2020

No dia 23 de Março de 2020, os dois primeiros casos da COVID-19 foram confirmados em Angola pelo Ministério da Saúde (MINSa). No dia 19 de Abril, o número de casos confirmados subiu para 24, com duas mortes registadas.

Diferentes países adoptaram diferentes estratégias para enfrentar a pandemia. Um estudo recente² distingue duas estratégias fundamentais: i) mitigação, com vista a abrandar a propagação da pandemia e reduzir a demanda e sobrecarga sobre o sistema de saúde; e ii) supressão, visando inverter o crescimento da pandemia e reduzir o número de casos.

O estudo faz uma simulação de diferentes estratégias de mitigação e revela que o tipo de medidas de mitigação adaptadas pode afectar significativamente o número de leitos necessários para as Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) (Fig. 1). De acordo com aquele estudo, a política de mitigação óptima é uma combinação do isolamento domiciliar dos casos suspeitos, quarentena domiciliar e distanciamento social.

Fig. 1. Cenários de estratégias de mitigação (número de camas das Unidades de Tratamento Intensivo, UTI)



Fonte: Ferguson et al. (2020).

Para enfrentar a rápida propagação da pandemia do coronavírus, o Secretário Geral das Nações Unidas lançou um Plano Global de Resposta Humanitária de US\$2 mil milhões para a COVID-19. As agências das Nações Unidas em Angola, lideradas pelo Coordenador Residente das Nações Unidas, disponibilizaram US\$12,5 milhões, um valor reprogramado para apoiar Angola na resposta à COVID-19.

2. Resposta

Angola declarou o Estado de Emergência devido à COVID-19, a partir do dia 27 de Março, e o mesmo foi alargado até o dia 26 de Abril. Foi aprovado também o Plano Nacional de Contingência para o Controlo da Pandemia.³ As autoridades governamentais adoptaram as seguintes medidas:

1. Medidas Transitórias de Resposta ao Impacto da COVID-19 sobre o OGE 2020⁴, entre as quais:

- Mobilizar US\$1,5 mil milhões do Fundo Soberano de Angola (FSDEA), com o compromisso de uma recapitalização futura.
- Acelerar o programa de privatizações (ProPriv), que abrange a 195 empresas públicas em diferentes sectores.⁵
- Permitir que o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) invista em títulos do tesouro no mercado primário.

² Ferguson et al. (2020).

³ Ver: Decreto Presidencial n. 81/20, 82/20 and 97/20.

⁴ Ver: Decreto Presidencial n. 96/20.

⁵ Ver: Decreto Presidencial n. 250/19.

- Isentar o pagamento do IVA às importações de bens para fins de ajuda humanitária.
- Cativar 30% das despesas do OGE 2020 relacionadas com bens e serviços (excepto alimentos, medicamentos, limpeza e saneamento).
- Suspensão de parte das despesas de capital que não tenham financiamento garantido.
- Proibir a exportação de alimentos, medicamentos e equipamentos médicos.

2. Medidas Imediatas para Aliviar os Efeitos Económicos e Financeiros Negativos provocados pela Pandemia da COVID-19, entre as quais:⁶

2.1 Apoio ao sector privado (empresas)

- O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA), abrirá uma linha de crédito de 15 mil milhões de kwanzas, para financiar a agricultura familiar, com taxa de juros não superior a 3%.
- O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), abrirá uma linha de crédito de 26,4 mil milhões de kwanzas – a uma taxa de juros de 9% e maturidade de dois anos – para financiar a compra de productos agrícolas e pescado locais (arroz, milho, açúcar, carne, ovo, leite, sardinhas, etc.)
- O BDA abrirá uma linha de crédito de 13.5 mil milhões de kwanzas – a uma taxa de juros de 9% e maturidade de dois anos – para financiar a compra de sementes melhoradas, fertilizantes e pesticidas, por parte das cooperativas agrícolas nacionais.
- O BDA abrirá uma linha de crédito de 750 milhões de kwanzas para financiar projectos de modernização e de expansão das actividades de até 15 cooperativas por cada província, com uma taxa de juro de 7,5%.
- O Fundo Activo de Capital de Risco, (FACRA), vai disponibilizar 3 mil milhões de kwanzas para realizar investimentos no capital próprio de cooperativas do sector da agricultura e das pescas.
- O FACRA abrirá uma linha de crédito no valor de 4 mil milhões de kwanzas para apoiar instituições de micro finanças, escolas agrárias e bancos de crédito agrícola para financiar jovens e mulheres

empreendedoras que investem na agricultura, pecuária, pescas, turismo e cultura, reciclagem, formação profissional e desenvolvimento de software.

- Eliminação de vários procedimentos burocráticos para começar/criar um negócio.
- Continuar com o Programa de Apoio ao Crédito (PAC) para promover o acesso ao crédito do sector privado.⁷

2.2 Apoio às pessoas (famílias)

- O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) vai disponibilizar 315 mil milhões de kwanzas para apoiar a distribuição de alimentos da cesta básica aos grupos mais vulneráveis.
- O Programa de Transferências Sociais Monetárias será lançado em Maio. Em três anos, 1,6 milhões de famílias serão beneficiadas – 300 mil famílias em 2020. Cada família receberá 8.500 Kwanzas (cerca de US\$15) por mês. O projecto é financiado por um empréstimo de US\$320 mil milhões do Banco Mundial.
- Foi criado um grupo de trabalho multisectorial para elaborar e executarem um plano de acção de formalização e organização da venda ambulante, mercados, transporte de mercadorias e passageiros.
- Foi criado um grupo de trabalho multisectorial para elaborar e executarem um plano de acção de fomento dos meios de pagamentos digitais, educação e inclusão financeira dos agentes económicos, bem como de promoção e apoio ao surgimento da tecnologia financeira (fintech).

3. Outras iniciativas chaves:

- Acelerar a implementação do programa de transferências monetárias “Valor Criança”, desenvolvido pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) - financiado com 9 milhões de Euros pela União Europeia, e apoiado pela UNICEF. O programa vai beneficiar famílias com crianças menores de 5 anos de idade,

⁶ See: Decreto Presidencial n. 98/20.

⁷ Total funding from commercial banks to the PAC amounted to AOA109 million, with 37 projects authorized

since June 2019. Fonte: Jornal de Angola, Financiamentos do PAC atingem 108 mil milhões, 14/2/2020.

no âmbito do Projeto de Apoio à Proteção Social (APROSOC). Cada família receberá mensalmente 5.000 Kwanzas por cada criança.

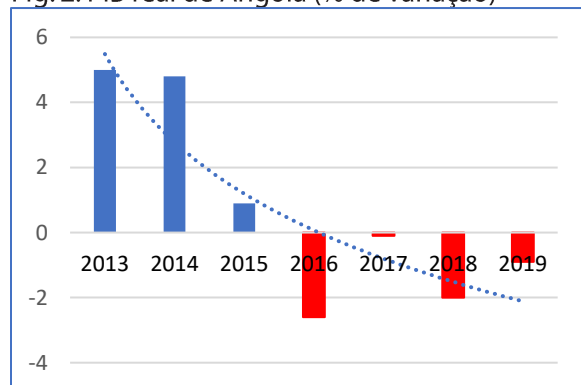
- O Banco Nacional de Angola (BNA) emitiu um novo regulamento que obriga as instituições financeiras a conceder crédito que visem promover os 54 bens essenciais com défice a nível da produção local (arroz, milho, legumes, carne, etc.) incluídos no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).⁸ O total de crédito concedido para apoiar o PRODESI deve ser de pelo menos 2,5% do valor patrimonial líquido do banco no final de 2019. O crédito às pequenas e médias empresas e às cooperativas agrícolas deve ser priorizado.⁹
- O BNA abriu uma linha de crédito de 100 mil milhões de kwanzas para comprar Obrigações do Tesouro às pequenas e médias empresas.¹⁰

3. Análise do contexto

3.1 Macroeconomia

A COVID-19 vai exacerbar a situação macrofiscal que está já débil. A economia angolana contraiu-se por três anos consecutivos desde 2015 e encolheu 0,9% em 2019 (Fig. 2), afectada em grande parte pela contração do sector de petróleo, que representa cerca de 30% do PIB (Fig. 3).¹¹

Fig. 2. PIB real de Angola (% de variação)



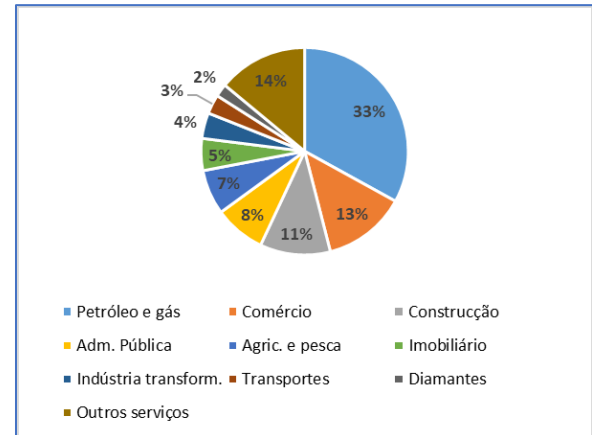
Fonte: INE, Contas nacionais, quarto trimestre de 2019

⁸ BNA, Aviso 10/2020. See also: i) BNA's Aviso 4/2019 and Aviso 7/2019; ii) Presidential Decree n. 23/19.

⁹ BNA, Instrutivo 06/2020. O custo total do crédito não deve ser superior a 7,5% ao ano

¹⁰ BNA, Instrutivo 06/2020.

Fig. 3. Composição do PIB de Angola em 2019 (% do total)



Fonte: INE, Contas Nacionais

A depreciação do Kwanza acelerou desde o início do ano e actualmente é negociado por cerca de USD1=AOA560, comparado com os AOA482 no início do ano. As reservas internacionais líquidas diminuíram gradualmente desde 2013 e chegaram a cerca de cinco meses de importação de bens e serviços em 2019.¹² Uma depreciação adicional da moeda pode aumentar o peso e o serviço da dívida – mais de dois terços da dívida está definida em moeda estrangeira.¹³ Por outro lado, o hiato entre o câmbio oficial e o paralelo diminuiu, mas não está claro como é que este evoluirá.

A depreciação tem sido associada à inflação sustentada. O Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 18,6% em 2018 e 16,9% em 2019. É esperada que a inflação permaneça nos dois dígitos em 2020, o que pesará no consumo privado. A inflação acumulada aumentou para 5,7% no período Janeiro-Março, face os 2,2% no mesmo período de 2019.¹⁴ As compras baseadas no pânico podem promover especulação e inflação em bens essenciais.

Além disso, um kwanza depreciado pode aumentar a quota de importações: as importações de alimentos totalizaram US\$3,2 mil milhões em 2018, cerca de 20% das

¹¹ Fonte: INE, National Account, third quarter 2019.

¹² Fonte: BNA. Statistical Bulletin, December 2019.

¹³ Fonte: World Bank (2020).

¹⁴ Fonte: INE, Folha de Informação Rápida n. 2_IPC Nacional.

importações totais do país.¹⁵ Por outro lado, O Índice de Preços dos Alimentos da FAO atingiu uma média de 172,2 pontos em Março de 2020, uma queda acentuada de 4,3% em relação a Fevereiro, impulsionada principalmente pela contracção da procura global.

O Banco Nacional de Angola (BNA) manteve a taxa de juro em 15,5%. O rácio de reserva em moeda nacional exigido foi aumentado de 17% para 22%, um aumento para aliviar a inflação e estabilizar a moeda, enquanto que rácio de reserva em moeda estrangeira manteve-se em 15%. Por outro lado, a taxa de juro da facilidade de absorção com maturidade de sete dias foi reduzida de 10% para 7% - a taxa de juro da facilidade permanente de Absorção mantém-se em 0%. O BNA também definiu uma linha de liquidez de até 100 mil milhões de Kwanzas para a compra de Obrigações do Tesouro a empresas do sector não-financeiro.

O desenvolvimento do sector privado angolano permanece limitado. Angola figura na posição 177 no ranking do Banco Mundial das 190 economias com facilidade de se fazer negócios em 2020.¹⁶ No contexto da COVID-19, o limitado acesso ao crédito e às divisas pode criar sérios obstáculos aos negócios. Além disso, o declínio esperado das receitas petrolíferas já está a criar uma escassez temporal do dólar americano. A compra de materiais e equipamentos médicos no exterior do país pode, portanto, ser afectada.

3.2 Social

É esperado que a pandemia crie grandes desafios aos grupos mais vulneráveis e aos serviços sociais.

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2019 classificou Angola na posição 149, num total de 189 países, com uma pontuação média no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,574. A esperança de vida é de 60,8 anos, com uma média de escolaridade de 5,1 anos e uma expectativa de 11,8 anos de escolaridade¹⁷. O valor do IDH feminino para Angola é de 0,546 em contraste com 0,605 para os homens.

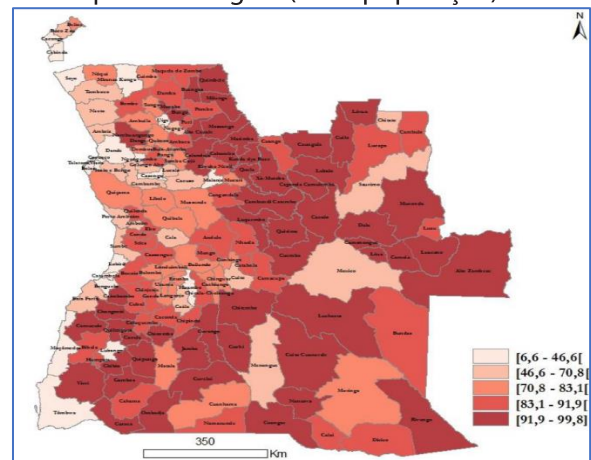
¹⁵ Fonte: BNA. Statistical Bulletin, December 2019.

¹⁶ Fonte: World Bank. Doing Business 2020. Note: the country ranked 185th for getting credit and 186th for enforcing contracts.

O inquérito sobre Despesas e Receitas em Angola (IDREA) 2018-2019, publicado pelo INE, revelou que 40,6% da população vive abaixo da linha da pobreza nacional – com maior incidência nas áreas rurais (57,2%) em relação às áreas urbanas (29,8%) – muito acima da taxa de 36,6% calculada em 2008-2009. O INE também revelou que uma em cada duas pessoas (47,6%) vive abaixo da linha de pobreza internacional de US\$1,90 por dia; o Banco Mundial estima que esta taxa de pobreza aumente para 50,1% em 2020.¹⁸ A desigualdade também aumentou significativamente, com o coeficiente de Gini a passar de 0,43 em 2008 para 0,51 em 2019.¹⁹

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) Global 2019 revelou que 51% da população é multidimensionalmente pobre. Além disso, o relatório sobre o IPM nos Municípios mostra que 65 dos 164 municípios de Angola têm uma taxa de pobreza acima de 90% (Fig. 4).

Fig. 4. Índice de Pobreza Multidimensional nos Municípios em Angola (% da população)



Fonte: INE (2019a)

A Análise de Privações Múltiplas Sobrepostas (MODA) mostrou que três em cada quatro crianças (74,4%) angolanas com menos de 18 anos sofrem entre três a sete privações ao mesmo tempo.²⁰ Além disso, em 2016-2016, 38% das crianças angolanas menores de 5 anos apresentavam desnutrição crónica e 8% delas apresentavam desnutrição (INE, 2018).

¹⁷ Fonte: UNDP (2019).

¹⁸ Fonte: World Bank (2020a).

¹⁹ Fonte: INE (2019b).

²⁰ Fonte: UNICEF e INE (2018).

A nível mundial, a OIT (2020) prevê que entre 5 e 25 milhões de empregos sejam perdidos e que a receita do trabalho pode ser reduzida entre 860 mil milhões e US\$3.400 mil milhões.

Em Angola, a taxa de desemprego²¹ aumentou para 31,8% no quarto trimestre de 2019 – 33,5% para mulheres e 30,0% para homens –isto corresponde a 4,6 milhões de pessoas desempregadas actualmente. O desemprego urbano (42,6%) é significativamente maior do que o desemprego rural (17,0%). O desemprego juvenil (15-24 anos) atingiu um máximo de 56,5% – 55,4% para mulheres e 57,5% para homens – correspondendo a cerca de 2,7 milhões de jovens desempregados.

O emprego informal continua generalizado: 72,6% da população com 15 ou mais anos de idade tem um emprego informal (71,4% para homens e 73,8% para mulheres). Por exemplo, o trabalho doméstico não remunerado representa 9,5% do total da população empregada.¹⁸ As medidas adoptadas no estado de emergência implicaram o encerramento daqueles mercados informais sem condições básicas de saúde. Conforme consta no decreto presidencial n. 97/10, os vendedores ambulantes só poderão vender produtos essenciais três dias por semana, com um horário de trabalho limitado. Um bloqueio prolongado pode afectar gravemente a geração de receitas desses trabalhadores informais.

O Ensino Técnico-Profissional e a Formação Profissional (ETFP) podem jogar um papel importante no fortalecimento da formação profissional, fomento de oportunidades de emprego e geração de receitas para a juventude, mas permanece subfinanciado. O PNUD, em parceria com a OIT e a Universidade Mandume Ya Ndemufayo, realizou um estudo sobre a oferta e procura de competências profissionais na província da Huíla. O estudo destacou a necessidade de reforçar o Sistema de ETFP e a sua ligação com o mercado de trabalho.

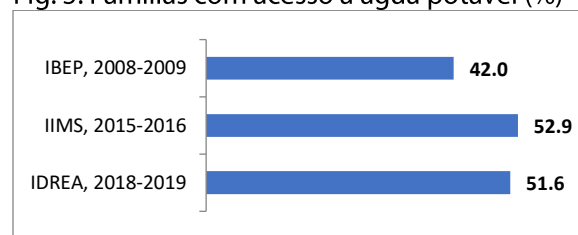
A segurança social tem sido, em grande parte, *ad hoc* e reactiva. A protecção para os grupos pobres e vulneráveis mantém-se fraca. Em 2018,

o Ministério da Família e Acção Social declarou que apenas 1,7 dos 7,5 milhões de trabalhadores estavam cobertos pela segurança social; 99% destes eram trabalhadores dependentes, incluindo funcionários públicos.²² A protecção social não contributiva – orientada particularmente aos grupos vulneráveis tais como aquelas pessoas que perderam a capacidade de trabalhar a causa da velhice ou de alguma deficiência – permanece limitada.

As despesas nacionais orçamentadas para a protecção social em 2020 aumentaram ligeiramente em termos nominais, mas reduziram a sua participação no Orçamento Geral do Estado (OGE) total – 3,3% do OGE de 2020 contra 4,9% do OGE de 2019 – o que corresponde a 1,3% do PIB. As pessoas com deficiência permanecerão amplamente vulneráveis aos impactos socioeconómicos e na saúde causados pela pandemia da COVID-19.

O desemprego elevado e o fraco sistema de segurança social são agravados pelo acesso limitado aos serviços básicos, que dificultará os esforços para combater a pandemia. Apesar dos notáveis progressos alcançados entre 2008 e 2019, um em cada dois agregados familiares angolanos permanece sem acesso à água potável e à energia eléctrica (Fig. 5 e 6). Além disso, em 2017, apenas 26,7% da população tinha acesso a instalações básicas de lavagem de mãos, incluindo água e sabão.²³

Fig. 5. Famílias com acesso à água potável (%)



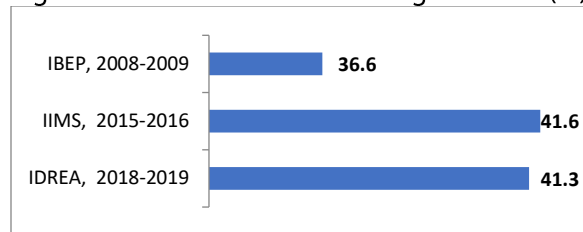
Fonte: INE (2019b). Cada barra representa um levantamento.

²¹ Population aged 15 years or above.

²² Fonte: Novo Jornal, 2018. Segurança Social: apenas 1,7 dos 7,5 milhões de trabalhadores estão inscritos. 26/10/2018.

²³ Fonte: World Bank, World Development Indicators.

Fig. 6. Famílias com acesso à energia elétrica (%)



Fonte: INE (2019b). Cada barra representa um levantamento.

É importante ressaltar que a despesa orçamentada para o sector da saúde aumentou em termos nominais no OGE 2020, mas reduziu em termos de participação no orçamento total – 5% do total do OGE 2020 contra 5,7% do OGE 2019 – o que corresponde a 1,9% do PIB. No entanto, a Declaração de Abuja (2001) prevê que os países devem alocar pelo menos 15% do seu OGE anual para o sector da saúde.

O número de médicos no país continua muito baixo, cerca de 0,2 por cada mil pessoas em 2015.²⁴ As pessoas portadoras de VIH e infectadas com malária e tuberculose estarão particularmente vulneráveis à emergência sanitária. Trabalhadores do sexo e a comunidade LGBT também continuarão muito vulneráveis, incluindo um possível aumento de discriminação social. Em Angola, a taxa de prevalência do HIV era de 2% entre pessoas com idade compreendida entre 15 e 49 anos (2,6% para mulheres, 1,2% para homens), em 2016; a incidência de tuberculose era de 204 casos em cada 100 mil habitantes, em 2017; e havia 159 casos de malária em cada 1000 habitantes, em 2017.²⁵

Conforme mencionado, a desigualdade de rendimentos aumentou desde 2008. A dimensão territorial desta desigualdade se traduz em assentamentos informais (musseques) nas zonas urbanas. Angola tem diminuído consideravelmente a prevalência de musseques nas suas cidades desde o fim da Guerra Civil. Em 2005, 86,5% da população urbana vivia em musseques. Este número reduziu para 76,2% em 2007, 65,8% em 2009 e 55,5% e 2014 quando o país foi atingido pela crise do preço do petróleo e foi forçado a interromper o programa massivo de habitação e desenvolvimento urbano. Esta nova tendência significa que o número de habitantes

em zonas urbanas vivendo em assentamentos informais em 2020 provavelmente aumentou desde 2014.

A população que vive nos musseques normalmente enfrenta maiores desafios em termos de habitação e serviços básicos. Dependem fortemente da água proveniente de chafarizes, que podem ser os grandes focos de contaminação durante a pandemia, bem como da sua propagação nas comunidades. Além disso, as superlotações nessas áreas, em conjunto com a forte dependência dos seus moradores na economia informal, constituem desafios extras às políticas de distanciamento social e quarentena.

Uma outra ameaça grave durante a pandemia da COVID-19 é a falta de garantia de continuidade que afecta um número significativo de moradores dos assentamentos informais. A desocupação forçada e a rescisão de contratos de arrendamento por falta de pagamento estão proibidos durante este período, conforme o artigo 30 do Decreto Presidencial n. 97/20.

As pessoas sem abrigo, especialmente velhos e crianças de rua, também fazem parte dos grupos mais vulneráveis à COVID-19. Conforme foi referido pela Relatora Especial da Nações Unidas sobre o Direito à Habitação Condigna, “em meio esta pandemia, a falta de acesso à habitação adequada é uma possível sentença de morte para aqueles que vivem desamparados e coloca um amplo número da população em risco contínuo”. As políticas devem levar em consideração estes grupos vulneráveis específicos e endereçar e mitigar o impacto do distanciamento social nos seus meios de subsistência.

Em Angola, uma em cada três (32,5%) mulheres e raparigas com 15 ou mais anos de idade que já foram casadas ou que viviam em união de facto, em algum momento sofreram violência física cometida pelo parceiro.²⁶ O estado de emergência pode ter o potencial para aumentar os riscos de violência doméstica. Aumentos significativos na violência baseada no género (VBG) e na carga de cuidados e trabalho doméstico não remunerado, pode aumentar,

²⁴ Fonte: ibidem.

²⁵ Fonte: INE (2018).

²⁶ Fonte: INE, SDG baseline indicators report 2018.

entre outros efeitos, no contexto da COVID-19. O governo deve considerar estes factores no plano de contingência para assegurar que a igualdade de género e o empoderamento da mulher estejam incluídos na estratégia de resposta e recuperação.

Além disso, a COVID-19 pode gerar estigma, discriminação e violações de direitos humanos no mundo. A pandemia tem também o potencial para limitar o acesso aos serviços de saúde por parte dos grupos mais vulneráveis como as pessoas com deficiências, os refugiados, os requerentes de asilo, as pessoas apátridas, os migrantes ou as pessoas sem documentação.

Finalmente, no ano passado, Angola foi atingida por uma seca severa que afectou 2,3 milhões de pessoas nas províncias da Huíla, Bié, Cunene e Namibe. As comunidades locais continuam muito vulneráveis a uma maior exposição ao choque económico causado pela pandemia – por exemplo, acesso limitados aos serviços básicos nas zonas rurais. Os esforços para fortalecer a resiliência devem continuar, apesar da emergência sanitária.

3.3 Finanças

Mais da metade (61%) das despesas orçamentadas no OGE 2020 foram alocadas para as operações da dívida pública. Antes da emergência da COVID-19, a previsão era de um aumento da dívida pública de 89% do PIB em 2018 para 111% do PIB em 2019.²⁷ Esperava-se também que o serviço da dívida passasse de US\$6,4 mil milhões em 2018 para US\$14,9 mil milhões em 2019. Desses US\$14,9 mil milhões, US\$7,9 mil milhões diz respeito à dívida externa.²⁸ O serviço da dívida subiu para 27,6% das exportações de bens e serviços em 2019, face aos 22,9% registados em 2018 – entre os mais elevados da África Subsariana.²⁹ O Banco de Desenvolvimento da China é o maior credor externo de Angola, com um crédito de US\$14,9 mil milhões.³⁰

²⁷ Fonte: IMF, 2019. Note: 34.4% of GDP of domestic debt and 76.5% of GDP of external debt.

²⁸ Fonte: IMF, 2019.

²⁹ Fonte: BNA, Statistical Bulletin, December 2019.

³⁰ Fonte: Ministry of Finance. 3Q 2019.

³¹ Fonte: ibidem.

É provável que uma queda acentuada nas receitas petrolíferas impeça que o Governo prossiga com a sua estratégia de gestão da dívida, que passa por pagar as dívidas de curto prazo. De facto, o Ministério das Finanças prevê que as receitas petrolíferas totalizem 13,2% do PIB e 64,8% das receitas fiscais em 2020. De modo geral, em 2019 o saldo da balança fiscal deverá permanecer positivo (1% do PIB), supondo um preço do barril de petróleo a rondar a média de US\$55 por barril durante o ano.³¹ Contudo, o FMI (2020) prevê que o défice fiscal atinja o 6,0% do PIB em 2020.

No entanto, um preço do barril de petróleo abaixo da média estimada de US\$55 vai reduzir as receitas do Estado; a necessidade de o Governo recorrer ao endividamento provavelmente aumentará. O Ministério das Finanças já anunciou que Angola vai emitir US\$3 mil milhões em Eurobonds em 2020.³² Contudo, os custos dos empréstimos dispararam uma vez que os investidores retiraram mais de US\$83 mil milhões dos mercados emergentes³³: os rendimentos dos Eurobonds de Angola para 2025 aumentaram de cerca de 7% no princípio de Março do ano em curso para mais de 30% na metade de Abril.³⁴

A Moody's rebaixou recentemente o rating emissor de longo prazo do Governo angolano, que é considerado especulativo e sujeito a alto risco de crédito.

A política fiscal deve evitar cortes pró-ciclo na despesa pública, especialmente nos serviços de saúde. Contudo, a capacidade de Angola suavizar o impacto negativo no crescimento económico continuará a ser limitada por um espaço fiscal apertado, uma dívida elevada e uma deterioração dos termos de troca. O financiamento proveniente de doadores e instituições financeiras internacionais (IFI) pode desempenhar um papel preponderante. De facto, vários países em desenvolvimento já solicitaram assistência financeira às IFI.

³² The country already issued US\$1.5 billion Eurobonds in 2015, US\$3.5 billion in 2018 and US\$3 billion in 2019.

³³ Fonte: IMF, "IMF's Georgieva: COVID-19 Economic Outlook Negative, but Rebound in 2021", March 23, 2020.

³⁴ Fonte: Bloomberg. O spread dos bonos soberanos de Angola (Emerging Markets Bond Index, EMBI) tem já superado os 1000 pontos base.

Em 2018, o FMI aprovou um programa de três anos de “Arrangement under the Extended Fund Facility” (EAEFF) para Angola, de aproximadamente US\$3,7 mil milhões para apoiar reformas económicas, dos quais US\$1,48 mil milhões já foram desembolsados.

Neste âmbito, o Presidente do Banco Mundial declarou que os países mais pobres enfrentam pagamentos bilaterais oficiais relacionados com o serviço da dívida de US\$14 mil milhões em 2020.³⁵ Os Ministros Africanos das Finanças recomendam a renúncia imediata de todos os pagamentos de juros sobre dívida pública e títulos do governo estimados em US\$44 mil milhões em 2020, com possível extensão a médio prazo. Uma moratória da dívida concedida por credores oficiais à Angola representa US\$4,1 mil milhões, e este montante aumentaria para US\$7,4 mil milhões, incluindo todos os credores.³⁶ No dia 13 de Abril, o Conselho Executivo do FMI aprovou um Alívio Imediato da Dívida para 25 países; Angola não consta no conjunto de países abrangidos.

Por outro lado, tanto as remessas como a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) desempenham um papel pouco preponderante. Angola tem um rácio de remessas para o PIB muito baixo, menos de 0,1% do PIB em 2018.³⁷ A AOD líquida foi de 0,2% do Rendimento Nacional Bruto em 2018.³⁸ No contexto de graduação de Angola dos Países Menos Avançados (PMA) em Fevereiro de 2021³⁹, a AOD provavelmente permanecerá limitada.

Finalmente, importa ressaltar que, de acordo com um estudo recente do Natural Resource Governance Institute, Angola recebeu a maior quantidade de empréstimos garantidos por recursos na África Subsaariana. Entre 2000 e 2016, os credores chineses depositaram uma quantia superior a US\$24 mil milhões de empréstimos garantidos por petróleo e linhas de crédito para a Angola. Grande parte desta quantia já foi desembolsada.⁴⁰

³⁵ Fonte: Reuters.

³⁶ Banco Mundial (2020).

³⁷ Fonte: World Bank, World Development Indicators.

³⁸ Fonte: OECD.

³⁹ Em Março de 2020, o Comité de Políticas de Desenvolvimento da ONU confirmou que Angola cumpre apenas o critério de graduação dos PMA pelo rendimento.

3.4 Sector externo

As projeções da Organização Mundial do Comércio (OMC) apontam para uma contração do comércio mundial de mercadorias entre 13% e 32% em 2020 devido à COVID-19.⁴¹

O sector externo será a maior causa do choque na economia no contexto da pandemia, especialmente através das exportações. O rácio entre as exportações e as importações de bens e serviços no ano 2019 foi de cerca de 152%.⁴² As exportações de bens representaram cerca de 40% do PIB de 2019.⁴³

Em 2019, Angola registou um saldo positivo na balança corrente (4,8%).⁴⁴ Entretanto, o choque no preço do petróleo vai afectar negativamente a posição externa do país, aumentando a pressão sobre taxa de câmbio e transformar o superavit da balança corrente num défice. As projecções do FMI (2020) apontam para um défice de 6,7% na conta corrente em 2020. Uma grande parte das exportações do país será fortemente afectada pela previsão de contração da economia. De facto, as exportações angolanas atingiram US\$40,7 mil milhões em 2018, dos quais US\$39,4 mil milhões são exportações de petróleo e gás, 97% das exportações totais (Tabela 1).⁴⁵

Tabela 1. Exportações angolanas em 2018 (em milhões US\$)

Descrição	Valor	% total
Petróleo e gás	39.408,7	96,7%
Diamantes	1.151,9	2,8%
Pescado	85,3	0,2%
Marinha e aviação	48,1	0,1%
Madeira	31,5	0,08%
Bebidas	21,0	0,05%
Granito	6,9	0,02%
Cimento	3,0	0,01%
Café	1,3	<0,01%
Mármore	0,0	<0,01%
Sal	0,0	<0,01%
<i>Total</i>	<i>40.757,8</i>	<i>100%</i>

Fonte: BNA, Boletim Estatístico, Dezembro 2019

⁴⁰ Ver as referências.

⁴¹ Fonte: WTO, Trade set to plunge as COVID-19 pandemic upends global economy. 8 April 2020.

⁴² Fonte: Fonte: BNA, Statistical Bulletin, December 2019.

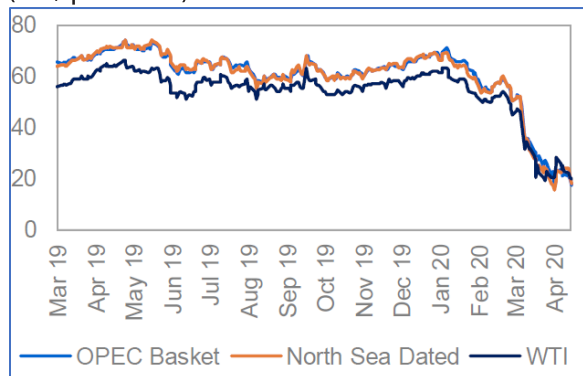
⁴³ Fonte: IMF Country Report n. 19/371, Dec. 2019.

⁴⁴ Fonte: ibidem.

⁴⁵ Fonte: BNA, Boletim Estatístico, December 2019.

Em meio à deterioração das perspectivas económicas e da queda da procura global de petróleo devido à COVID-19, os preços do petróleo caíram em Março de 2020 (Fig. 7).

Fig. 7. Oscilações do preço do petróleo bruto (US\$ por barril)



Fonte: Fonte: Relatório mensal da OPEP sobre o mercado petrolífero, Abril 2020. Baseado em Argus, OPEP e Platts.

Em Angola, as receitas petrolíferas já reduziram no mês de Fevereiro para cerca de 405 mil milhões de kwanzas, devido ao declínio progressivo na produção de petróleo, de uma média de 1,5 milhões de barris por dia em 2018, para 1,4 milhões de barris por dia em 2019⁴⁶ – devido à maturidade dos blocos e a falta de investimento nos últimos anos. Neste contexto, o Governo vai rever para baixo o OGE 2020, que foi projectado com base numa média estimada de US\$55 por barril de petróleo.

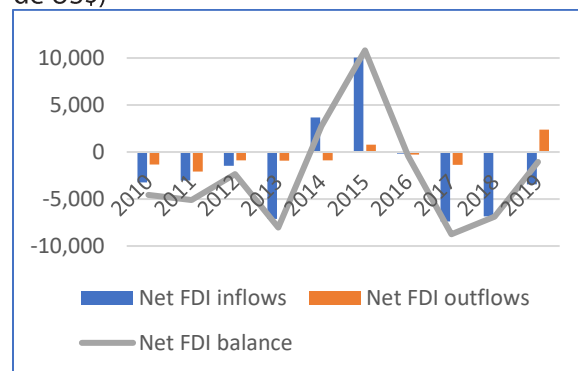
Importa ressaltar que, no dia 12 de Abril, os países membros da OPEP e seus aliados (OPEC+), firmaram um acordo que vai reduzir a produção global de petróleo em cerca de 10% (cerca de 9,7 milhões de barris por dia), com o objectivo de ajustar o desequilíbrio entre a oferta e a procura, assim como influenciar os preços.⁴⁷ Todavia, ainda não está claro se a redução na produção de petróleo será suficiente para equilibrar a dramática redução da procura global.

A COVID-19 está a ter um impacto no sector de transporte aéreo e no turismo em todo mundo. Tal impacto irá provavelmente afectar o

incipiente sector turístico angolano – 218,000 turistas chegaram a Angola em 2018⁴⁸ – bem como a companhia aérea nacional (TAAG). A pressão causada pela pandemia pode forçar o Governo a aumentar os empréstimos da TAAG em termos comerciais, bem como acelerar sua privatização. A dívida externa acumulada com a TAAG é de US\$214 milhões.⁴⁹

A UNCTAD prevê que a COVID-19 possa causar uma contração generalizada do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) na ordem de 30%-40% no período 2020-2021.⁵⁰ A entrada de IDE em Angola manteve-se negativa nos últimos três anos. Isto, deve-se principalmente ao desinvestimento no sector petrolífero – devido à ampla repatriação de benefícios das sociedades-mães estrangeiras e pelo declínio na produção de petróleo, que afectou os novos investimentos (Fig. 8). A entrada de IDE no sector não petrolífero aumentou de US\$185 milhões em 2018, para US\$461 milhões em 2019, mas mantém-se limitada se comparado à entrada de IDE no sector petrolífero.

Fig. 8. IDE líquido, entradas e saídas (Em milhões de US\$)



Fonte: Banco Nacional de Angola

A companhia petrolífera nacional, Sonangol, também pode ser afectada pela crise do petróleo. Uma vez que a Sonangol subsidia cerca de 60% do custo dos combustíveis, as despesas associadas a este tipo de subsídio totalizaram US\$1,4 mil milhões em 2019.⁵¹ Cerca de US\$5 mil milhões da dívida externa de Angola está relacionada com a Sonangol.⁵²

⁴⁶Fonte: OPEC Monthly Oil Market Report, Abril 2020. Com base em fontes secundárias.

⁴⁷ Os cortes vão reduzir para 7,7 milhões de barris por dia de Julho-Dezembro de 2020, e depois para 5,8 milhões até o final de Abril de 2022.

⁴⁸ Fonte: UN World Tourism Organization.

⁴⁹ Fonte: Ministry of Finance. Report on the execution of national budget 2019. Third quarter 2019.

⁵⁰ Fonte: UNCTAD, Investment Trends Monitor, March 2020.

⁵¹ Fonte: Sonangol. March 2020

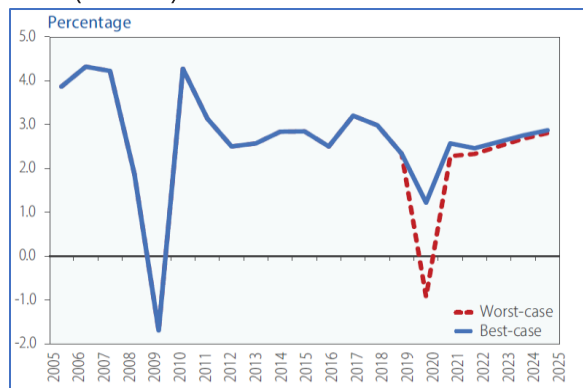
⁵² Fonte: Ministry of Finance. Report on the execution of national budget 2019. Third quarter 2019

Finalmente, a Africa Growth Initiative estimou que os fluxos financeiros ilícitos de Angola totalizaram US\$45 mil milhões no período 1980-2018, figurando entre os maiores emissores de fluxos ilícitos do continente.⁵³ No ano passado, o Governo deu início a um conjunto de acções para recuperar os fluxos financeiros ilícitos e estes esforços poderiam ser fortalecidos na busca de mais recursos para enfrentar a crise económica.

3.5 Cenário económico

De acordo com o Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais (UNDESA), no pior cenário, a economia mundial pode contrair 0,9% em 2020 (Fig. 9). O FMI (2020) aponta para uma forte contracção da economia mundial, -3% em 2020, um cenário muito pior do que aquele se verificou durante a crise financeira de 2008-2009.

Fig. 9. Perspetivas de crescimento mundial para 2025 (PIB real)



Fonte: UNDESA, Monthly Briefing n. 136, Abril 2020

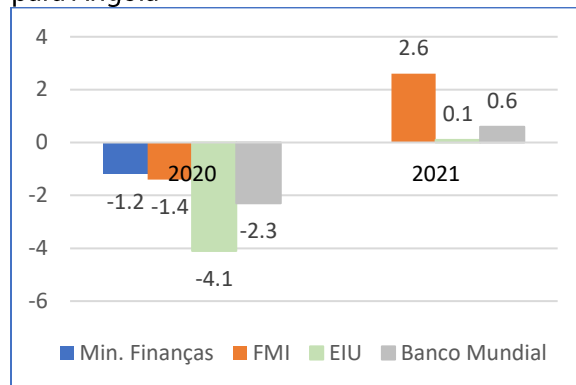
A Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA) alertou que a crise do coronavírus pode afectar o crescimento económico da África, registando uma queda no crescimento de 3,2% para cerca de 2% em 2020, com os países exportadores de petróleo a registarem perdas de até US\$65 mil milhões em receitas (UNECA, 2020). A UNECA destacou que o continente africano precisa de um estímulo económico imediato de emergência de US\$100 mil milhões.

De acordo com o Banco Mundial, o crescimento económico na África Subsariana deverá cair

drasticamente de 2,4% em 2019 para -2,1 a -5,1% em 2020, o que representa a primeira recessão nos últimos 25 anos.⁵⁴ O FMI (2020) estima que a economia da região contraia 1,6% em 2020.

Para Angola, as últimas previsões económicas do Ministério das Finanças continuam negativas: -1,1% em 2019 e -1,2% em 2020. Por sua vez, o FMI e a EIU apontam para uma forte contracção em 2020, -1,4% e -4,1% respectivamente (Fig. 10).

Fig. 10. Projecções de crescimento económico para Angola



Source: Ministério das Finanças (apenas para 2019 e 2020); IMF (2020); EIU, Abril 2020; Banco Mundial, Macro Poverty Outlook, April 2020

4. Políticas e recomendações

Angola enfrenta uma recessão económica prolongada, volatilidades no preço do petróleo, crescimento da vulnerabilidade fiscal e externa, crescimento da pobreza e do desemprego e acesso limitado aos serviços sociais básicos. A resposta e a recuperação face à pandemia da COVID-19 requerem acções imediatas. Com base nesta análise, são apresentadas políticas e recomendações importantes:

- Identificar e rapidamente implementar iniciativas que visam aliviar os impactos negativos sobre os grupos mais vulneráveis que já estão em risco, tais como desempregados e trabalhadores informais – em especial mulheres – pessoas que vivem em áreas altamente concentradas ou sem acesso a serviços sociais básicos, incluindo as comunidades afectadas pela

⁵³ Fonte: <https://www.brookings.edu/research/illicit-financial-flows-in-africa-drivers-destinations-and-policy-options/>.

⁵⁴ Fonte: World Bank (2020).

seca e inundações. O reforço da proteção social deveria continuar a ser uma prioridade, incluindo a finalização do Cadastro Social Único.

- As iniciativas e medidas do Governo precisam assegurar uma abordagem baseada no género, incluindo a prevenção da violência baseada no género.
- Continuar a adoptar uma abordagem baseada nos direitos humanos para assegurar que todas as pessoas tenham acesso igual aos serviços de saúde, incluindo a promoção da igualdade e a prevenção da violação dos direitos humanos tais como as detenções arbitrárias e violência doméstica.
- Adoptar medidas compatíveis com os padrões de segurança sanitária para garantir a continuidade da actividade económica, incluindo micro, pequenas e médias empresas, mercados informais e pequenos agricultores, de modo a manter-se funcional a cadeia de abastecimento de alimentos. Uma vez que três em cada quadro pessoas têm um emprego informal, as medidas de política precisam atender claramente a subsistência desses trabalhadores informais, que estão a ser fortemente atingidos pelas restrições impostas pelo governo e pela crise económica. Ao investir-se na reestruturação e apetrechamento dos mercados informais (por exemplo, o mercado do Kikolo) e definirem-se regras claras, tais como um número limite de pessoas por área, distância entre pessoas e o uso de máscaras e desinfetantes onde é recomendado, as autoridades poderiam permitir o funcionamento de lojas, empresas e mercados municipais onde estas condições podem ser observadas, sob supervisão de autoridades competentes.
- Uma vez que uma em cada duas pessoas vive em pobreza multidimensional, com mais de 40% dos municípios do país possuindo uma incidência de pobreza multidimensional superior a 90%, as medidas de respostas e recuperação devem ser intersectoriais e devem priorizar os grupos mais vulneráveis, tanto a nível nacional como local, incluindo as crianças.

- Revisar o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 para priorizar os programas de melhoria do sector da saúde e combate à pobreza, incluindo uma revisão dos objectivos do plano e fechar os programas ineficazes.
- Revisar e acelerar a implementação de programas sociais importantes, tais como o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza e o Plano de Acção e Promoção da Empregabilidade (PAPE), incluindo a formação profissional para os jovens, com vista o desenvolvimento de competências dessa franja da população.
- Considerar as intervenções no mercado laboral para fortalecer a proteção social. Por exemplo, os programas de obras públicas poderiam ser usados para oferecer trabalho temporal e gerar emprego intensivo em mão de obra através de projectos infraestruturais e serviços sociais. Uma componente do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), que conta com US\$2 mil milhões, poderia ser reorientada no sentido de promover actividades intensivas em mão de obra em prioridades-chave nas comunidades (e.g. estradas rurais e sistemas de irrigação), incluindo esquemas de garantias de emprego.
- A revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2020 pode ser uma oportunidade para garantir o alinhamento entre o planeamento (PDN 2018-2022), o orçamento e os ODS, para ter um impacto maior no desenvolvimento sustentável e inclusivo, incluindo a promoção do emprego juvenil.
- Procurar o alívio da dívida através da cooperação internacional, com o objectivo de liberar maiores recursos para o OGE.
- Promover a coordenação e diálogo efectivo entre actores locais e nacionais, incluindo a implementação do orçamento participativo.

Para os assentamentos informais e musseques:

- Distribuição de sabão, desinfetantes, produtos de higiene e alimentares nos pontos de colecta de água nas comunidades. As bombas ou chafarizes de

água comunitárias nos assentamentos informais são lugares para a potencial contaminação e disseminação do COVID-19, mas podem também ser lugares estratégicos para acções orientadas às comunidades, em parceria com as federações municipais e comunais e as associações de bairros de água.

- Com base em esquemas correntes (como associações de moradores, associações comunitárias de água), estabelecimento de responsabilidades ao nível da comunidade e criação de mecanismos e canais com as autoridades municipais e comunais para a resposta à COVID-19, incluindo nomeação de responsáveis para identificar os mais vulneráveis, promover a solidariedade local, supervisionar as medidas de controlo e garantir a comunicação em duas vias com a comunidades.
- Trabalho com líderes comunitários e organizações de base para distribuição e colecta de água, criação e manutenção de casas de banho emergenciais, campanhas de limpeza e recolha de resíduos.
- Organização de sistemas de transferências de valores monetário, com base em programas de renda básica universal emergencial, e distribuição de cestas básicas em tempos de crise e quarentena forçada.
- Organização de campanhas amplas de vacinação, com especial foco em idosos e grupos vulneráveis em doenças com sintomas similares à COVID-19 para reduzir o número de casos suspeitos na comunidade e melhorar a imunidade local.
- Distribuição de megafones e rádios para melhoria de comunicação comunitária e para garantir a consciencialização local em momentos de quarentena, incluindo disseminação de medidas de prevenção, emergência e solidariedade.
- Coordenação de grupos de colecta de resíduos e provisão de equipamento de protecção pessoal, além de distribuição de guião de recomendações para o apoio seguro dos serviços municipais de recolha de resíduos.
- Cessação de qualquer forma de desocupação forçada durante a pandemia e

estabelecimento de extensões compulsórias de contractos de aluguer de três meses para imóveis residenciais expirados durante à crise.

- Garantias para que mulheres, crianças e jovens que necessitam deixar suas casas devido à violência doméstica não terminem em situação de rua e possuam alternativas de acomodação adequadas que garantam segurança e acesso à água e saneamento, comida, apoio social, serviços médicos e testagem para a COVID-19.

Para destituídos urbanos e pessoas em situação de rua:

- Continuar a prover acomodação para todos os moradores de rua e pessoas vivendo em condições de abandono social, com a perspectiva de transição dos mesmos para condições permanentes de moradia, para impedi-los de retornar à situação de rua após o fim da pandemia: Isso poderá incluir a contratação de quartos de hotéis e pensões, ou a reconversão temporária de construções como quartéis militares e edifícios públicos fechados
- Garantir que postos de distribuição de refeição e outros apoios às pessoas em situação de rua estejam incluídos na lista de serviços essenciais e continuem operando e possam expandir seus serviços durante a quarentena. Autoridades locais devem garantir que os provedores de serviço possam ter acesso à informação actualizada sobre condições de saúde, álcool em gel para higienização das mãos, máscaras e outros equipamentos pessoais de protecção para que consigam continuar provendo seus serviços.
- Para prevenir a contaminação da COVID-19 em espaços de serviços às pessoas em condição de rua, as recomendações de higienização e de distanciamento social da OMS devem ser aplicadas na medida do possível com provisão mais descentralizada dos serviços, incluindo por meio de distribuição em sítio e entrega ao domicílio.

Referências

- Anderson et al., 2020. How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic? *The Lancet*, 395 (10228), 9 March 2020, pp. 931-934.
- Ferguson et al., 2020. Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand. Imperial College. 26 March 2020
- International Monetary Fund (IMF), 2020. *World Economic Outlook*, April 2020.
- , 2019. IMF, 2019. *Second Review Under Angola's Extended Arrangement under the Extended Fund Facility (EFF)*. Country Report December 2019.
- McKinsey & Company, 2020. *Tackling COVID-19 in Africa. An unfolding health and economic crisis that demands bold action*. April 2020.
- National Institute of Statistics of Angola (INE), 2020. *Folha de Informação Rápida, Inquérito ao Emprego em Angola. IV Trimestre 2019*.
- , 2019a. *Pobreza Multidimensional nos Municípios de Angola*. December 2019.
- , 2019b. *IDREA 2018-2019*. December 2019.
- , 2018. *SDG baseline indicators report*.
- Natural Resource Governance Institute, 2020. *Resource-backed loans: pitfalls and potential*. February 2020.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2020. *COVID-19 and the world of work: impact and policy responses*.
- United Nations, 2020. *Shared responsibility, global solidarity: responding to the socio-economic impacts of COVID-19*. March 2020.
- United Nations Children's Fund (UNICEF) e INE, 2018. *A criança em Angola. Uma análise multidimensional da pobreza infantil*.
- United Nations Development Programme (UNDP), 2020. *COVID-19 pandemic, UNDP response*.
- , 2019. *Human Development Report 2019. Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century*.
- United Nations Economic Commission for Africa (UNECA), 2020. *Economic Effects of the COVID-19 on Africa*. 18 March 2020.
- United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT), 2020. *COVID-19 Response and Recovery Strategy for Sub-Saharan Africa*.
- United Nations Special Rapporteur on the right to adequate housing. *COVID-19 Guidance Note Protection to those living in Homelessness*.
- World Bank, 2020a. *Macro Poverty Outlook. Sub-Saharan Africa*, April 2020.
- , 2020b. *Africa's Pulse*, April 2020.
- World Food Programme (WFP), 2020. *COVID-19: potential impact on the world's poorest people. A WFP analysis of the economic and food security implications of the pandemic*.
- World Health Organization (WHO), 2020. *Coronavirus disease (COVID-19) situation dashboard*.